



Opinião Econômica

Cida Bento

Diretora-executiva do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP



Julho das Pretas e o protagonismo das mulheres negras

Movimento é fundamental para destacarmos o que ainda está oculto em nossos livros de história

No início deste mês que chamamos de “Julho das Pretas”, destaco Beatriz Nascimento, um ícone do movimento de mulheres negras, que publicou seu primeiro artigo no dia 25 de julho de 1976, segundo tese de doutorado de Gisele dos Anjos.

Pode ter sido uma coincidência, mas, anos depois, durante o 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, ocorrido na República Dominicana, foi instituído o 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Afro, Latina e Caribenha.

No Brasil, o Julho das Pretas foi cunhado em 2013 pelo Odara - Instituto da Mulher Negra.

No artigo “A mulher negra no mercado de trabalho”, publicado em 1976, Beatriz discute as continuidades da “herança escravocrata” no contexto pós-abolição, que limitavam as mulheres negras às atividades mais subal-

ternizadas da sociedade, especialmente o trabalho doméstico.

Em outro texto, escreveu sobre como as opções para a população negra eram limitadas, sendo as “únicas alternativas para a ascensão social: jogador de futebol ou sambista”.

Infelizmente, essa abordagem ainda é muito atual, pois as oportunidades de inserção e ascensão qualificadas ainda são um desafio para as mulheres negras.

As dinâmicas de poder instituídas na sociedade brasileira cristalizaram a representação das mulheres negras como empregadas domésticas, babás, cuidadoras, auxiliares de enfermagem, educadoras em creches, professoras de educação infantil ou mesmo assistentes sociais.

Não é coincidência que as mulheres negras estejam majoritariamente representadas em profissões de cuidado que são,

por sua vez, socialmente desvalorizadas e historicamente precarizadas. Mudanças nesse cenário vêm ocorrendo e precisam ser lembradas, mas ainda são pontuais e ocorrem lentamente.

E a transformação desse contexto de desigualdades é um dos temas centrais do Julho das Pretas, período em que ações coletivas de organizações de mulheres negras destacam a incidência política e o protagonismo empreendido pelas mulheres negras em diferentes esferas, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa data, 25 de julho, marca também o Dia de Tereza de Benguela, uma das inúmeras mulheres que lideraram quilombos no nosso país. Tereza liderou o Quilombo de Quariterê, localizado no Vale do Guaporé, no Mato Grosso, entre 1750 e 1777.

Símbolo de contestação e

força, ela construiu e comandou um movimento de resistência à escravidão por duas décadas, lutando pela liberdade do seu povo. Dessa forma, além de celebrar a figura de Zumbi dos Palmares, a população também tem a oportunidade de conhecer e aprender com a história de Tereza de Benguela do Quilombo do Quariterê.

É fundamental destacarmos esse protagonismo de mulheres negras, focalizando esse segmento que é majoritário na população brasileira, mas permanece oculto em nossos livros de história.

Nesse sentido, importa enfatizar em nosso Julho das Pretas pessoas como a historiadora Beatriz Nascimento, nordestina de Sergipe, que teve sua carreira acadêmica interrompida em 1995, vítima de um crime de feminicídio quando cursava mestrado na Escola de Comunicação

da UFRJ.

Com produção intelectual variada, Beatriz revelava um interesse particular no tema dos quilombos e nas questões que envolvem a intersecção entre gênero e raça.

Assim é que ela escreveu textos sobre os desafios do mercado de trabalho para as mulheres negras, sobre resistência cultural, feminismo e produziu ensaios sobre o filme “Xica da Silva”, de Cacá Diegues. Ficou inacabado, em seu acervo, “O papel da mulher nos quilombos brasileiros: Resistência e vida”.

Por fim, importa salientar que a luta é para que o Julho das Pretas possa ajudar o Brasil a se tornar um lugar melhor, mais justo e digno para toda a sua população.

Esta coluna foi escrita em parceria com a historiadora Gisele dos Anjos

PROGRAMA
banrisul
reconstruir RS

NÓS VAMOS
RECONSTRUIR JUNTOS.

O Banrisul acredita na tua força e no futuro de todos os gaúchos.

banrisul
Um banco único.
Porque te entende.



Real tem inflação acumulada de 708% ao longo de 30 anos



Nicolas Pasinato
nicolasp@jcrs.com.br

Desde o lançamento do Real, a moeda vem sofrendo um processo de desvalorização. Nestes 30 anos, a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 708%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para se ter uma ideia, R\$ 1,00 na criação da moeda vale hoje R\$ 8,08, conforme dados da Calculadora do IPCA, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Podemos exemplificar também com o fato de que é preciso gastar R\$ 100,00 hoje para comprar o mesmo que R\$ 12,38 compravam há três décadas.

Segundo a economista e pro-

fessora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni, a curva descendente da moeda, em parte, se dá pelo natural do processo inflacionário que ocorre em todas as nações do mundo.

“A estabilidade monetária não significa eliminação da inflação. A perda de poder de compra que tivemos nos últimos 30 anos e o próprio processo inflacionário acumulado apresentam variações em todos os países. No nosso caso, é também fruto de uma instabilidade histórica que vem se perpetuando, mas nada perto do que foi no passado”, pontua.

O economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Leandro Horie, complementa que a inflação envolve muitos elementos e que nem todos conseguem ser controlados por governos e empresas localizados nacionalmente.

“Uma guerra, por exemplo,

pode elevar os preços do petróleo; uma grande quebra de safra de um produto alimentício muito importante pode gerar uma alta extrema. A questão principal é que as variações de preços devem ser em níveis baixos e os mais espaçados possíveis no tempo, de forma que todos os agentes econômicos possam se ajustar a eles sem causar maiores consequências na economia como um todo”, frisa.

No livro Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda, a jornalista Miriam Leitão conta que o País conviveu, por 50 anos, com inflação de dois dígitos até a chegada do Plano Real. Em 1996, menos de dois anos da implementação do pacote econômico, o índice anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) já se encontrava em um dígito (9,56%).

Desde então, ou seja, nas últimas três décadas, o Real enfrentou somente três picos de inflação

anual de dois dígitos. O primeiro em 2002, quando o IPCA ficou em 12,53%, influenciado pelas eleições presidenciais daquele ano. O segundo aconteceu em 2015, quando o índice atingiu 10,67%, tendo a retirada de subsídios sobre a energia como um dos fatores para a sua disparada. O mais recente foi em 2021, quando a inflação encerrou em 10,06%, após a fase mais aguda da pandemia de Covid-19.

Em 2024, a inflação acumulada é de 2,27% e, nos últimos 12 meses, de 3,93%. A previsão do mercado financeiro para o IPCA deste ano é de que o País encerre o período com um índice de 4,00%, segundo o Boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Um mês atrás, a previsão do Focus para o IPCA deste ano era de 3,88%. Já a mediana para 2025,

Poder de compra da moeda em 1994 e hoje:

- R\$ 40,40 para uma nota de R\$ 5,00 da época;
- R\$ 404,01 para uma nota de R\$ 50,00 da época;
- R\$ 808,02 para uma nota de R\$ 100,00 da época.

*A comparação foi feita com base no mês de julho de 1994 e mês de maio de 2024

FONTE: CALCULADORA DO IPCA

horizonte relevante da política monetária, subiu de 3,85% para 3,87% no último levantamento, contra 3,77% um mês antes. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 1º de julho.